

REVITIMIZAÇÃO E EXCLUSÃO: A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO CONTRA MULHERES TRANS NA POLÍTICA BRASILEIRA

MARIANNA SALES DUARTE¹; RITA DE ARAUJO NEVES³

¹*Universidade Federal do Rio Grande – mariannasduarte0@gmail.com*

³*Rita de Araujo Neves – profarita@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A presença das mulheres na política, embora crescente, ainda enfrenta profundas resistências. Trata-se de uma conquista recente que segue ameaçada por estruturas patriarcais historicamente enraizadas, as quais naturalizam a exclusão e a violência contra aquelas que ousam ocupar espaços de poder. No contexto brasileiro, essas barreiras se intensificam quando sobrepostas às múltiplas dimensões de opressão, como raça, identidade de gênero e classe social.

Erika Hilton, primeira deputada federal negra e transvestigênera – termo criado por Indianarae Siqueira e pela própria Hilton para abarcar travestis, transexuais, transgêneros, pessoas não-binárias e intersexo, em oposição ao binarismo e a categorias colonizadoras – eleita no Brasil, encarna tanto o avanço democrático quanto os riscos que acompanham a quebra de paradigmas. Sua trajetória política tornou-se um marco simbólico, mas também um alvo constante de ataques – não apenas por sua atuação, mas por sua própria existência.

Em nível municipal, a vereadora travesti Regininha (PT), reeleita em Rio Grande/RS, sofreu transfobia durante sua posse na Câmara Municipal em 1º de janeiro de 2025, justo no mês da Visibilidade Trans. Um indivíduo não convidado questionou sua identidade de gênero na presença de familiares e chegou a ameaçá-la de morte. Regininha registrou boletim de ocorrência e destacou a importância de denunciar esse tipo de violência, mostrando que, mesmo em instâncias locais, mulheres trans enfrentam agressões físicas, simbólicas e discursivas.

No Brasil, a Lei nº 14.192/2021 define a violência política de gênero como qualquer ação que busque restringir, deslegitimar ou silenciar mulheres no exercício de seus direitos políticos. Na prática, essa violência se manifesta de forma simbólica, discursiva e institucional – sendo amplificada pelo ambiente digital, onde discursos de ódio se disseminam com rapidez e impunidade. Os casos das parlamentares Erika Hilton e Regininha evidenciam como essas violências se entrelaçam, transformando a arena política em um espaço hostil para corpos dissidentes.

Assim, este trabalho propõe uma análise da trajetória dessas parlamentares brasileiras a partir da perspectiva da revitimização política, com atenção especial à violência discursiva. O objetivo é compreender como os sistemas de justiça, a mídia e o ambiente político digital operam – muitas vezes de forma conivente – para perpetuar um ciclo de opressão, exclusão e silenciamento de mulheres que subvertem as normas da hegemonia política.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza jurídico-sociológica, com caráter descritivo e analítico. O percurso metodológico foi orientado pela análise de conteúdo, compreendida, segundo Bardin (2016),

como um conjunto de técnicas de investigação que permite produzir inferências válidas a partir de comunicações, mediante procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição. A autora estabelece três fases principais desse método: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Na fase de pré-análise, foi definido o *corpus* da pesquisa, composto por quatro documentos centrais: uma monografia acadêmica sobre revitimização no sistema de justiça criminal (UFOP, 2025), um dossiê sobre a trajetória política de Erika Hilton, o artigo científico “Toxicidade e violência discursiva contra deputadas federais no Twitter” (Galáxia, 2023), o relatório da Agência Brasil sobre os casos de violência política nas eleições de 2024, e notícias sobre a posse da vereadora Regininha em Rio Grande (2025), que documentam agressões presenciais e transfobia.

A etapa de exploração do material consistiu na codificação e categorização dos conteúdos, buscando evidenciar padrões simbólicos e discursivos relacionados à violência política de gênero, com ênfase nos processos de revitimização que atingem mulheres trans em espaços institucionais, tanto federais quanto municipais.

Por fim, no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, os dados foram examinados à luz de referenciais críticos dos estudos de gênero, com destaque para o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002) e para a noção de violência simbólica (Bourdieu, 1998). O caso da deputada federal Erika Hilton e da vereadora Regininha foram adotados como estudos de caso paradigmáticos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A Revitimização como estrutura

A revitimização ocorre quando uma pessoa que já foi vítima de violência sofre novas formas de abuso ao buscar proteção ou justiça. No contexto brasileiro, esse fenômeno está profundamente enraizado em estruturas institucionais e normativas que ainda reproduzem valores patriarcais, racistas e cisnormativos. Jordão (2025) destaca que o sistema penal e judiciário frequentemente acaba por perpetuar essas violências, seja nas delegacias, seja nos tribunais, especialmente quando falta uma perspectiva de gênero e de raça durante o julgamento.

A trajetória de Erika Hilton exemplifica bem essa dinâmica. Mesmo ocupando um papel institucional de destaque como parlamentar, ela enfrentou e enfrenta constantes perseguições físicas, discursos transfóbicos e racistas, além de deslegitimação de sua atuação política, inclusive dentro do próprio Congresso Nacional. O caso de Regininha mostra que esse padrão de revitimização também se manifesta em âmbitos municipais.

3.2 Violência política e redes sociais

A comunicação pelas redes sociais intensificou a violência contra mulheres na política. Conforme o estudo de Tavares e Recuero (2023), plataformas como o *Twitter* tornaram-se espaços privilegiados para a propagação de discursos tóxicos e violência de gênero. A análise de meio milhão de *tweets* mostrou que mulheres deputadas foram atacadas principalmente por sua condição de gênero, com ofensas que buscavam deslegitimar suas capacidades políticas por meio de estereótipos sexistas, racistas e misóginos.

Erika Hilton, foi alvo de termos pejorativos como “traveco”, “raça imunda” e “ser desprezível”. Esses ataques ultrapassaram o ambiente digital, estendendo-se para ameaças presenciais e perseguições reais dentro de espaços institucionais.

No seu caso, portanto, a violência sofrida é, tanto simbólica quanto concreta e estrutural.

3.3 Dados empíricos e de apagamento institucional

Dados da Agência Brasil (2024) apontam que a campanha eleitoral de 2024 foi a mais violenta da última década, com 714 casos de violência política registrados. Destes, 274 (38,4%) tiveram como alvo mulheres – tanto cis quanto trans. Quase 40% das agressões aconteceram no ambiente *online*, enquanto 73,5% ocorreram dentro de instituições políticas. Além disso, 80% dos agressores eram homens cisgêneros e parlamentares, evidenciando que a violência muitas vezes é intra-institucional.

Apesar da existência da Lei nº 14.192/2021, que tipifica a violência política de gênero como crime e prevê penas para condutas que impedem, obstaculizam ou restringem a participação política das mulheres, seu reconhecimento efetivo ainda é escasso. Dados apontam que, mesmo com registros frequentes de violência política de gênero – como assédio, humilhação e ameaças – poucos casos são formalmente reconhecidos e julgados conforme a legislação (Ministério Público Federal, 2022; Assembleia Legislativa do Paraná, 2025). Conforme relatado em audiências públicas e pesquisas recentes, há uma persistente lentidão no sistema judiciário e fragilidades na responsabilização, alimentando um sentimento de impunidade. Tal cenário desencoraja candidatas e parlamentares vítimas de denunciar abusos, perpetuando o silenciamento e a exclusão das mulheres na política (Câmara dos Deputados, 2024; Instituto Marielle Franco, 2023).

3.4 Silenciamento como estratégia

A violência política de gênero tem um propósito claro: calar as vozes dissidentes. Casos como os de Erika Hilton e Regininha revelam como essa violência atua para desestimular a participação política de mulheres que fogem do padrão, normalizando sua exclusão. Os discursos tóxicos reforçam o isolamento político e impactam a saúde emocional das vítimas, chegando, em casos extremos, ao abandono da carreira pública.

4. CONCLUSÕES

Os dois casos focalizados neste estudo são profundamente emblemáticos – não apenas por suas trajetórias enquanto mulheres trans e, no caso de Hilton, negra ocupando um espaço historicamente negado a corpos como o seu, mas também por escancarar os mecanismos complexos da revitimização política de gênero no Brasil.

Essa violência não acontece de forma isolada ou pontual: ela é estruturante, atravessada por marcadores de raça, gênero e identidade, operando de maneira intencional para controlar, excluir e deslegitimar mulheres que desafiam as normas tradicionais de poder. A experiência de Regininha evidencia que, mesmo em instâncias municipais, o padrão de transfobia institucionalizada se mantém e requer atenção contínua.

Urge, portanto, a implementação de medidas concretas, como protocolos específicos, aplicação efetiva da legislação existente e, sobretudo, o fortalecimento de uma cultura institucional que acolha, proteja e reconheça a legitimidade da presença e da voz de todas as mulheres, em especial aquelas historicamente marginalizadas. A permanência de Erika Hilton e Regininha na política, mesmo diante de tantas violências, não é apenas resistência, mas um gesto político radical que reafirma o direito de existir, ocupar e transformar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Campanha de 2024 foi recordista em violência política, aponta pesquisa.** Brasília: EBC, 16 dez. 2024. Online. Acesso em: 29 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-12/campanha-de-2024-foi-recordista-em-violencia-politica-aponta-pesquisa>.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. **Dossiê 2025: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.** Brasília, 2025. Online. Acesso em: 21 ago. 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Violência Política de Gênero.** Brasília, 2024. Online. Acesso em: 21 ago. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/violencia-politica-de-genero>.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 171, 1º semestre 2002. Tradução de Liane Schneider. Revisão de Luiza Bairos e Claudia de Lima Costa.

G1 RIO GRANDE DO SUL. **Vereadora Regininha (PT) sofre transfobia durante posse na Câmara Municipal. Rio Grande, 1 jan. 2025.** Online. Acesso em: 21 ago. 2025. Disponível em: <https://camareu.com.br/noticia/811/vereadora-regininha-pt-foi-vitima-de-transfobia-no-dia-de-sua-posse-na-camara-municipal>.

JORDÃO, Ana Catarina Alkmim. **A revitimização de mulheres em situação de violência: um olhar sobre o sistema de justiça criminal no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2025. Acessado em 21 ago 2025. Online. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/7898>

TAVARES, Camilla Quesada; RECUERO, Raquel. Toxicidade e violência discursiva contra deputadas federais no Twitter. **Galáxia** (São Paulo, online), v. 48, p. 1-25, 2023. Acesso em: 29 jul. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202362122>.

WW4 AL. **Vereadora Regininha reeleita denuncia transfobia em posse na Câmara Municipal.** Porto Alegre, 1 jan. 2025. Online. Acesso em: 21 ago 2025. Disponível em: <https://ww4.al.rs.gov.br/noticia/324593>.